

# ENCONTRO ESTADUAL MINISTÉRIO PÚBLICO E CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO – 06/09/2013

## **Ações propositivas das oficinas**

As oficinas foram coordenadas pelas palestrantes da parte da manhã do encontro, na forma abaixo indicada. Os textos seguem transcritos tais como foram concluídos pelos grupos ao final do evento, como forma de expressão democrática dos participantes. Em vermelho se encontram as observações da Coordenação do CAO Educação, expostas ao público na ocasião.

### Orçamento Público – Profª Cláudia Cruz:

1. Estímulo à capacitação dos dirigentes municipais para lidar com orçamento público e integração das respectivas secretarias e órgão ligados à fiscalização e prestação de contas.
2. Rever a relação entre os Municípios e o Governo Federal que oferece equipamentos (construção de escolas), gerando uma carga de custeio alta, transformando as secretarias de educação em órgão extremamente administrativo. Estreitamento das relações entre as Secretarias de Educação e o Governo Federal.
3. Aproximação entre o Ministério Público e as Secretarias de Educação no estabelecimento de prazos para atendimento das demandas através do diálogo e pela pactuação.
4. Fortalecimento das relações entre o poder público e a sociedade civil no sentido da garantia de total transparência do uso da verba pública.
5. Rever a relação do Estado com os Municípios no que se refere à repartição das responsabilidades concomitantes pela prestação da educação básica.

### Conselhos Escolares – Profª Silma Cleris:

1. Tornar público a existência e atuação dos Conselhos Escolares.
2. Solicitar ao Ministério Público a verificação junto aos Municípios e Estado se há uma regulamentação normativa e como é a sua aplicabilidade nos Conselhos Escolares.
3. Solicitar aos Municípios e Estado as representações que fazem parte da composição dos Conselhos Escolares com o objetivo de verificar a participação popular.
4. Que haja uma coordenação dos Conselhos Escolares nas Secretarias de Educação e que essa coordenação garanta a continuidade das ações.
5. Promover e garantir encontros, fóruns a nível municipal e estadual, com formação continuada e acompanhamento permanente das ações dos Conselhos Escolares.

### Conselhos Municipais de Educação – Profª Nelma Rago:

1. Criação de uma agenda compartilhada entre os conselhos do FUNDEB, alimentação escolar e educação de modo a “agrupar” as funções de fiscalização dos primeiros com a de deliberação deste ultimo.
2. Recomendação aos conselhos estaduais de educação para que fortaleçam o diálogo com os conselhos municipais de educação, através da criação de algum fórum de debate;
3. Aproximação do Ministério Público e Conselho Municipal de Educação, em parceria efetiva, com encontros frequentes, para que questões pertinentes ao cotidiano da educação, tais como violência, fiscalização de instituições privadas não autorizadas pelo CME, frequência, abandono escolar, dentre outros, sejam respaldadas pelo MP e que reduzam progressivamente esses problemas.
4. Criação de uma lei nacional sobre as diretrizes de criação dos conselhos de educação semelhante ao que já existe para os Conselhos do FUNDEB e PNAE.

## Conselhos do FUNDEB e de Alimentação Escolar – Dra. Carla Arêde

1. Realização de uma audiência pública anual sobre como foi a gestão dos recursos do FUNDEB em cada ente e sobre o planejamento do ano seguinte preferencialmente no mês de outubro.
2. TCE e TCM incluam no roteiro de suas fiscalizações a verificação da alocação dos trinta por cento dos recursos destinados a alimentação escolar com produtos provenientes da agricultura familiar.
3. Fazer valer a autonomia que cabe aos Conselheiros para que as fiscalizações possam ser realizadas de forma transparente sem medo de represálias ou outras formas de intimidação ou retaliação, garantindo a estrutura adequada e recursos financeiros necessários ao seu funcionamento.
4. Participação com frequência mínima bimestral do MP nas reuniões do CAE e do FUNDEB.
5. Inclusão nas leis de criação e regimentos internos dos Conselhos de norma que trate da qualificação e transição dos novos conselheiros e das equipes de governo (legislativo e executivo), por aqueles que estão terminando o seu mandato (modelo CAE do município do RJ)

### Observações da Coordenação do CAO Educação:

As oficinas trouxeram propostas que serão divulgadas na página virtual do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, no endereço eletrônico <http://www.mprj.mp.br/areas-de-atuacao/educacao/controle-social-na-educacao/>.

Embora algumas sugestões não se dirijam à atuação Ministerial e outras dependam de diligências no âmbito administrativo que devem anteceder as atividades do Ministério Público, o propósito é o de difundir as ideias dos participantes do encontro, inclusive propiciando a continuidade e o aprofundamento das reflexões acerca dos temas.